expedidas até ao termo do prazo fixado, para a Câmara Municipal do Entroncamento, Largo de José Duarte Coelho, 2330-078 Entroncamento, do qual devem constar os seguintes elementos:

a) Identificação completa (nome, filiação, naturalidade, data de nascimento, nacionalidade, estado civil, número e data do bilhete de identidade, bem como serviço de identificação emissor), número fiscal de contribuinte, situação militar, quando for caso disso, residência, código postal e número de telefone;

b) Habilitações literárias;

c) Menção do concurso a que se candidata, identificando o número e a data do *Diário da República* onde foi publicado;

d) Tratando-se de indivíduos com deficiência, declaração, sob compromisso de honra, do respectivo grau de incapacidade e tipo de deficiência e devem, ainda, mencionar no requerimento de admissão todos os elementos necessários para que o processo de selecção seja adequado, nas suas diferentes vertentes, às capacidades de comunicação/expressão.

9.1 — O requerimento de admissão a concurso deverá, sob pena de exclusão do concorrente, ser acompanhado da seguinte documentação:

a) Documento comprovativo das habilitações literárias e qualificações profissionais exigidas;

b) Documentos comprovativos dos requisitos gerais, os quais poderão ser dispensados para admissão ao concurso se os candidatos declararem, sob compromisso de honra, no mesmo requerimento e em alíneas separadas, a situação em que se encontram relativamente a cada uma das alíneas a), b), d), e) e f) do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho;

c) Fotocópia do bilhete de identidade e do número fiscal de contribuinte.

9.2 — As falsas declarações serão punidas nos termos da lei penal.

10 — Métodos de selecção:

10.1 — Os métodos de selecção constarão de prova teórico-prática de conhecimentos e entrevista profissional de selecção. O ordenamento final dos candidatos será resultante da média aritmética, trazida na escala de 0 a 20 valores, de acordo com a seguinte fórmula:

$$CF = \frac{PTPC + EPS}{2}$$

em que:

CF — classificação final;

PTPC — prova teórico-prática de conhecimentos;

EPS — entrevista profissional de selecção.

10.2 — A prova teórico-prática de conhecimentos terá a duração de trinta minutos. A prova teórica consistirá na interpretação simbólica e funcional da aparelhagem de um esquema unifilar a fornecer ao candidato e a prova prática consistirá na execução em oficina do referido esquema.

Bibliografia — regras técnicas das instalações eléctricas de baixa tensão, Decreto-Lei n.º 226/2005, de 28 de Setembro, e Portaria n.º 949-A/2006, de 11 de Setembro. *Práticas Oficiais*, Vítor Matias, Plátano Editora.

10.3 — A entrevista profissional de selecção visa avaliar, numa relação interpessoal e objectiva, as aptidões profissionais e pessoais dos candidatos.

10.4 — Serão excluídos os candidatos que obtenham classificação inferior a 10 valores, considerando-se para tal, por arredondamento, as classificações inferiores a 9,5 valores.

10.5 — A falta de comparência dos candidatos a qualquer dos métodos de selecção determina a sua exclusão.

10.6 — As preferências a atender para a graduação dos concorrentes em caso de igualdade de classificação são as constantes do n.º 3 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 29/2001, de 3 de Fevereiro, e do artigo 37.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho. Se não se verificar aquela situação, será dada preferência ao candidato com melhor classificação na área da experiência profissional dentro da administração local.

10.7 — Os critérios de apreciação e ponderação dos métodos de selecção, incluindo as respectivas fórmulas classificativas, constam das actas do júri do concurso, sendo as mesmas facultadas aos candidatos sempre que solicitadas.

11 — O júri do concurso terá a seguinte composição:

Presidente — Luís Filipe Mesquita Boavida, vice-presidente.

Vogais efectivos:

Fernando Manuel Lima Fernandes, encarregado geral.

Engenheiro José Augusto Batista dos Santos, assessor técnico.

Vogais suplentes:

Engenheiro Nuno Eduardo Ferreira Valente, chefe de divisão.

Engenheiro Joaquim António Ribeiro Canteiro, técnico superior assessor principal.

11.1 — O presidente do júri será substituído, nas suas faltas e impedimentos, pelo 1.º vogal efectivo.

12 — A lista de candidatos admitidos e a lista de classificação final serão publicadas nos termos e prazos estabelecidos nos artigos 40.º e 33.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho.

13 — Em cumprimento da alínea h) do artigo 9.º da Constituição, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove activamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação.

18 de Outubro de 2007. — O Presidente da Câmara, *Jaime Manuel Gonçalves Ramos*.

2611060405

CÂMARA MUNICIPAL DE ESTREMOZ

Aviso (extracto) n.º 21 702/2007

Para os devidos efeitos, torna-se público que, por meu despacho, foi determinada a integração e reclassificação da docente Ana Maria de Fátima Carriço Basaloco do quadro de zona pedagógica de Lisboa Ocidental, no quadro de pessoal do município de Estremoz, na carreira de técnica superior de 2.ª classe, escalão 1, índice 400, com efeitos a partir de 4 de Outubro de 2007.

25 de Outubro de 2007. — O Presidente da Câmara, *José Alberto Fateixa*.

2611060508

CÂMARA MUNICIPAL DE FAFE

Aviso n.º 21 703/2007

Concurso interno geral de acesso para provimento de um lugar de técnico superior principal — Área de direito

1 — Para os devidos efeitos, faz-se público que, pelo meu despacho de 19 de Outubro de 2007, proferido no âmbito das competências detidas em matéria de gestão de pessoal [alínea a) do n.º 2 do artigo 68.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro], se encontra aberto, pelo prazo de 10 dias úteis a contar da data da publicação do presente aviso no *Diário da República*, concurso interno geral de acesso para provimento de um lugar de técnico superior principal — área de direito.

2 — Foi dado cumprimento ao n.º 1 do artigo 41.º da Lei n.º 53/2006, de 7 de Dezembro, sendo efectuada oferta na BEP em 21 de Setembro de 2007, com o código de oferta OE200709/0214, à qual não houve candidaturas.

3 — Legislação aplicável — o presente concurso rege-se pelas disposições dos Decretos-Leis n.ºs 204/98, de 11 de Julho, 238/99, de 25 de Junho, 404-A/98, de 18 de Dezembro, 412-A/98, de 30 de Dezembro, e 247/91, de 10 de Julho.

4 — Validade do concurso — o prazo de validade do concurso esgota-se com o preenchimento da vaga concursada.

5 — Vencimento e regalias sociais — o vencimento é o correspondente ao escalão 1 ou o que resultar da aplicação das regras contidas no artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 353-A/89, de 17 de Outubro, sendo actualmente correspondente ao índice 510 (€ 1666,43) da categoria. As regalias sociais são as genericamente vigentes para a administração local.

6 — Serviço a que se destinam — Departamento Administrativo Municipal.

7 — Local de trabalho — concelho de Fafe.

8 — Requisitos de admissão:

a) Requisitos gerais — encontram-se previstos no n.º 2 do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, aplicado à administração local por força do Decreto-Lei n.º 238/99, de 25 de Junho;

b) Requisitos específicos — possuir no mínimo três anos de serviço na categoria anterior com classificação de serviço não inferior a *Bom*, conforme decorre da alínea c) do n.º 1 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 404-A/98, na redacção conferida pela Lei n.º 44/99, de 11 de Junho, aplicado à administração local pelo Decreto-Lei n.º 412-A/98, de 30 de Dezembro.

9 — Júri do concurso:

Presidente — Presidente da Câmara.

Vogais efectivos:

1.º vogal — director do DAM, Dr. Manuel Joaquim Gonçalves da Costa (que substituirá o presidente nas faltas e impedimentos).